



REDE INTEGRAR

APRIMORAMENTO DO CONTROLE EXTERNO DE POLÍTICAS E
PROGRAMAS PÚBLICOS DESCENTRALIZADOS

RELATÓRIO

Meio Ambiente: Levantamento junto
aos Tribunais de Contas do Brasil
2018 a 2023

Elaboração: Grupo Temático de Meio Ambiente

Agosto, 2023

Apresentação

A Rede Integrar é um espaço colegiado de natureza colaborativa formada pelos Tribunais de Contas signatários do Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2020 com a finalidade de fortalecer a atuação coordenada do controle externo brasileiro e contribuir para o aperfeiçoamento do ciclo de implementação de políticas descentralizadas no País.

A constituição de grupos temáticos está prevista na composição da estrutura da Rede Integrar e tem como objetivo viabilizar a operacionalização das formas de cooperação no âmbito da respectiva área temática, conforme disposto no art. 8º do Regimento Interno da Rede, aprovado pela Portaria Conjunta nº 4/21, de 02 de setembro de 2021.

O Grupo Temático - GT em Meio Ambiente conta com a participação de técnicos representantes dos seguintes Tribunais de Contas: TCE-AP; TCE-CE, TCE-PE, TCE-RO, TCM-PA, TCM-SP, TCMRio e TCU. Suas atividades estavam previstas inicialmente para 2022, mas foram reprogramadas para o primeiro semestre de 2023, conforme Plano Anual de Trabalho - PAT 2023 da Rede Integrar.

O Regimento Interno da Rede prevê, em seu art. 12, a necessidade de elaboração de um plano de trabalho por Grupo Temático, além da forma de organização e da periodicidade de reuniões. Nesse sentido, o GT em Meio Ambiente definiu como coordenador o representante do TCE-AP, além de um calendário de reuniões quinzenais ou mensais, a partir de março de 2023.

O GT foi criado com objetivo de propor possíveis ações de cooperação (compartilhamento de boas práticas, capacitações e fiscalizações na área de meio ambiente) no âmbito da Rede Integrar, a partir do levantamento das ações de controle realizadas pelos Tribunais de Contas relacionadas à temática.

Para alcançar esses objetivos, o GT elaborou um Plano de Ação com as seguintes atividades: a) levantamento sobre a estrutura, ações de controle, capacitações e boas práticas na área de meio ambiente junto aos Tribunais de Contas; b) Identificação de objetos fiscalizados pelos TCs cujos papéis de trabalhos podem ser disseminados pela Rede Integrar; c) Mapeamento de ações fiscalizatórias e capacitações com potencial de realização em 2024 pela Rede Integrar.

Neste Relatório são apresentados os resultados do levantamento e as propostas do GT nas ações de controle na área ambiental, para apreciação do Comitê Técnico da Rede Integrar, na etapa de discussão do Plano Anual de Trabalho-PAT de 2024.

Grupo Temático em Meio Ambiente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ (TCE-AP)

Maurício Oliveira de Souza - coordenação

Marcos dos Santos Côrtes - coordenação

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

Wanessa Carvalho Amorim de Mello

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA (TCE-RO)

Manoel Fernandes Neto

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE-CE)

Gustavo Pinheiro Moreira

Nikael de Carvalho Almeida

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (TCE-PE)

Alfredo Cesar Montezuma Batista Belo

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (TCM-SP)

Gisela Coelho Nascimento

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ (TCM-PA)

Iranildo Ferreira Pereira

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (TCMRIO)

Marta Varela Silva

Sebastian de Wit Brito Paternostro

Para a realização do trabalho, foi encaminhado pela coordenação da Rede Integrar o Informe 04/2023 a todos os Tribunais de Contas do Brasil, comunicando sobre o levantamento na área de meio ambiente e o *link* de acesso ao questionário eletrônico.

O levantamento considerou ações realizadas no período de 2018 a maio de 2023.

Os e-mails foram enviados para os representantes dos diversos Tribunais de Contas que compõem o Comitê Técnico da Rede Integrar, os quais são responsáveis por fazer a interlocução nos seus respectivos Tribunais.

Dos 33 Tribunais de Contas, **28 responderam** ao questionário eletrônico, representando **84,8%** dos órgãos consultados, a saber:

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	BRASIL
TCE-AC	TCE-BA	TC-DF	TCE-ES	TCE-PR	TCU
TCE-AM	TCE-CE	TCE-GO	TCE-RJ	TCE-RS	
TCE-AP	TCE-MA	TCE-MS	TCM-Rio	TCE-SC	
TCE-PA	TCE-PB	TCE-MT	TCM-SP		
TCE-RO	TCE-PE	TCM-GO			
TCE-RR	TCE-PI				
TCE-TO	TCM-BA				
TCM-PA					

Resultados do levantamento

Estrutura administrativa dos TCs

Em **12** Tribunais de Contas (**42,9%**), existem, em sua estrutura organizacional, unidades especializadas para atuação na área de meio ambiente.

TCE-AC >>> Inspetoria de Políticas Públicas de Meio Ambiente, Segurança, Saúde e Educação

TCE-AM >>> Diretoria de Controle Externo Ambiental

TCE-ES >>> Núcleo de Controle Externo de Meio Ambiente, Saneamento e Mobilidade Urbana

TCE-CE >>> Diretoria de Fiscalização de Obras, Engenharia e Meio Ambiente

TCE-GO >>> Serviço de Fiscalização de Infraestrutura e Meio Ambiente

TCE-MT >>> Divisão de Fiscalização de Obras, Engenharia e Meio Ambiente

TCE-PA >>> Controladoria de Obras, Patrimônio Público e Meio Ambiente

TCE-SC >>> Divisão 3 da Diretoria de empresas e Congêneres

TCE-RJ >>> Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Saneamento e Meio Ambiente

TCE-RO >>> Coordenadoria de Políticas de Meio Ambiente, Segurança, Saúde e Educação

TCM-PA >>> Coordenadoria de Fiscalização Especializada em Meio Ambiente

TCU >>> Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

Estrutura administrativa dos TCs

Já nos **16 TCs** abaixo, não há unidade específica na área de meio ambiente em sua estrutura organizacional, sendo os trabalhos realizados por setores responsáveis por diversas áreas e/ou quando demandadas.

TCE-AP >>> 1ª Inspeção de Controle Externo e Coordenadoria Técnica de Meio Ambiente

TCE-RR >>> Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas

TCE-TO >>> Coordenadoria de engenharia - CAENG

TCE-PI >>> Divisão de Fiscalização de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

TCE-PE >>> Gerência de Saneamento, Meio Ambiente e Energia

TCE-PB >>> Grupo de Auditoria Operacional

TCE-BA >>> Gerência 1A

TCE-DF >>> Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade.

TCMRio >>> 6ª Inspeção Geral de Controle Externo

TCM-SP >>> Coordenadoria VI

TCE-RS >>> Serviço de Apoio Operacional e Técnico(SASOT I e SASOT II) e Serviços de Auditoria

TCM-BA >>> Eventualmente, essas análises são realizadas pelas 17 Inspeções. As competências de análises dessas unidades são definidas por região, de acordo com os municípios vinculados a cada uma delas.

TCE-MT >>> A atividade fiscalizatória da temática meio ambiente atualmente está sendo realizada de forma generalista, por meio das 6 Secex generalistas e 1 Secex especialista.

TCE-PR >>> As entidades públicas são distribuídas entre 6 Inspeções, para um período quadrienal de fiscalização. No período 2023-2026, a área de Gestão Ambiental (e Saúde) está a cargo da 1ª ICE. Por sua vez, fiscalizações no âmbito dos 399 municípios estão a cargo de Coordenadorias.

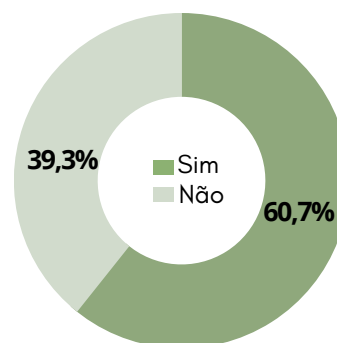
TCE-GO >>> As Unidades Técnicas (Secretarias de Controle Externo) não atuaram na temática no período solicitado para as informações (2018 a 2023).

TCE-MA >>> Não informado no levantamento.

Servidores nas unidades técnicas

São **17** Tribunais de Contas com servidores especializados na área de meio ambiente (**60,7%**), conforme gráfico 1. De acordo com o quadro 1, 319 servidores estão lotados nas unidades de controle externo que atuam com a temática ambiental. Desse total de servidores, 55 têm formação ou pós-graduação em meio ambiente, ou seja, 17,2%.

Gráfico 1. TCs com servidores no controle externo com formação/pós-graduação na área ambiental.



Quadro 1. Servidores de controle externo na unidade responsável pela área ambiental.

TC	Total de servidores na unidade	Auditores de controle externo	Analistas de Controle Externo	Técnicos de Controle Externo	Comissionados	Com formação ou pós na área ambiental
TCE-AC	9	9	-	0	0	4
TCE-AM	7	2	-	2	3	3
TCE-AP	6	3	-	1	2	2
TCE-BA	6	5	-	1	0	0
TCE-CE	27	-	25	2	0	0
TCE-ES	7	7	-	0	0	3
TCE-GO	6	0	3	1	2	0
TCE-MA	0	0	0	0	0	0
TCE-MT*	-	-	-	-	-	>3
TCE-MS	26	12	-	0	14	14
TCE-PA	15	15	-	0	0	3
TCE-PB	2	2	-	0	0	1
TCE-PR	NI	NI	NI	NI	NI	0
TCE-PE	7	7	-	0	0	0
TCE-PI	4	4	-	0	0	0
TCE-RJ	20	18	-	2	0	2
TCE-RS	4	4	-	0	0	4
TCE-R0	16	14	-	1	1	1
TCE-RR	5	4	0	0	1	1
TCE-SC	3	3	-	0	0	1
TCE-TO	3	1	-	0	2	2
TC-DF	36	34	2	0	0	0
TCU	9	9	-	0	0	9
TCM-BA	68	34	-	34	0	0
TCM-GO**	0	0	-	0	0	0
TCM-PA	1	1	-	0	0	0
TCM-SP	14	11	-	0	0	1
TCMRio	18	10	0	8	0	1
TOTAL	319					55

NI - Não informado pelo TC.

* De acordo com o TC, a fiscalização da temática meio ambiente está sendo realizada de forma generalista, através das 6 Secex generalistas e 1 Secex especialista, distribuídas de acordo com o relator, a especificidade do tema e a demanda.

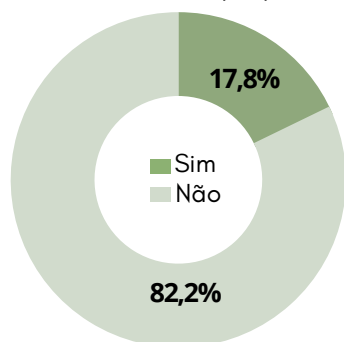
** De acordo com o TC, as unidades técnicas (Secretarias de Controle Externo) não atuaram na temática no período solicitado.

Atos Normativos

No período analisado, apenas **5** Tribunais de Contas (**17,8%**) publicaram algum ato normativo (ex: resolução, nota técnica, instrução normativa ou decisão normativa) aos seus jurisdicionados relacionado à temática ambiental (Gráfico 2).

Os quadros 2 e 3 apresentam o total de atos normativo por ano e por Tribunal de Contas, respectivamente.

Gráfico 2. Percentual de TCs que publicaram normativos



Quadro 2. Normativos publicados por ano

Ano	Quant.
2018	0
2019	1
2020	2
2021	2
2022	1
2023	1
Total	7

Quadro 3. Atos normativos publicados por Tribunal de Contas.

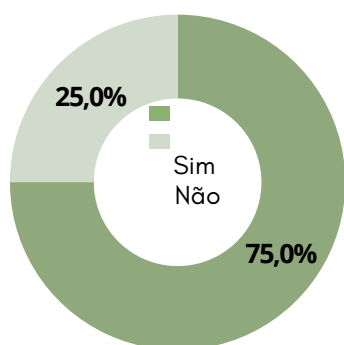
TC	Ano	Normativo	Assunto
TCE-AP	2020 2021 2022	Decisões Normativas	Tratam sobre o Relatório de Gestão cujo conteúdo específico da SEMA deve contemplar informações relacionadas aos Fundos Ambientais, Outorgas de Recursos Hídricos, Compensação Ambiental e Gestão Florestal.
TCE-RS	2021	Resolução	Dispõe sobre os critérios a serem observados na apreciação das contas anuais, para fins de emissão de parecer prévio, e no julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta e dá outras providências, com itens relacionados à área de meio ambiente.
TCM-GO	2020	Instrução Normativa	Orientações aos gestores jurisdicionados sobre políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental, e recomenda a observância as diretrizes traçadas pela Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 - PNEA.
TCE-MT	2023	Resolução Normativa	Programa de Sustentabilidade e Desenvolvimento de Municípios de Mato Grosso, com o objetivo de fortalecer a capacidade de governança institucional desses entes para a promoção do desenvolvimento local sustentável nas dimensões fiscal, institucional, econômica, de infraestrutura, ambiental e social.
TCM-SP	2019	Resolução Normativa	Dispõe sobre a observância de procedimentos pelos órgãos públicos municipais, previamente à contratação de obras envolvendo escavação e movimentação de terra, a serem executadas em áreas contaminadas, com potencial de contaminação (AP) e/ou em áreas suspeitas de contaminação (AS)

Fiscalizações realizadas

Do total de Tribunais de Contas que participaram do levantamento, 21 (75%) realizaram fiscalizações na área de meio ambiente (Gráfico 3).

Foram 30 Auditorias Operacionais, 17 Acompanhamentos, 9 Auditorias de Conformidade e 5 Levantamentos, perfazendo 61 ações no período de 2018 a 2023. O tema e escopo relacionado a unidades de conservação foi o mais presente dentre as fiscalizações, representando 29,5%, seguido de "recursos hídricos, com 16,4%. (Quadros 4 e 5).

Gráfico 3.
Percentual de TCs com ações fiscalizatórias



Quadro 4.
Total de fiscalizações por ano

Ano	Quant.
2018	5
2019	13
2020	10
2021	15
2022	13
2023	5
Total	61

Quadro 5. Fiscalizações realizadas pelos TCs.

TC	Ano	Tipo	Tema	Escopo
TCE-AP	2019	Auditoria Operacional	Unidades de Conservação	Avaliar a gestão e a implementação das unidades de conservação estaduais quanto às condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que essas áreas atinjam os objetivos para os quais foram criadas.
TCE-AM	2019	Auditoria Operacional	Unidades de Conservação	Avaliar a gestão e a implementação das unidades de conservação estaduais quanto às condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que essas áreas atinjam os objetivos para os quais foram criadas.
TCE-AC	2018	Auditoria Operacional	Licenciamento e fiscalização	Auditoria no Instituto de Meio Ambiente do Acre, com o objetivo de aferir e promover eventual aperfeiçoamento de sua operacionalização, no tocante à economicidade, eficiência e efetividade dos programas e atividades do setor.
	2019	Auditoria Operacional	Unidades de Conservação	Avaliar a gestão e a implementação das unidades de conservação estaduais quanto às condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que essas áreas atinjam os objetivos para os quais foram criadas.
	2021	Acompanhamento	Licenciamento e fiscalização	Fiscalizar a aplicação dos recursos de Programas de Desenvolvimento no órgão ambiental.
TCE-RO	2019	Auditoria Operacional	Unidades de Conservação	Avaliar a gestão e a implementação das unidades de conservação estaduais quanto às condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que essas áreas atinjam os objetivos para os quais foram criadas.

Fiscalizações realizadas

Continuação do Quadro 5.

TC	Ano	Tipo	Tema	Escopo
TCE-PB	2022	Auditoria Operacional	Desertificação	Desertificação do semiárido. Políticas Públicas de Combate à Desertificação do Semiárido.
TCE-RS	2021	Acompanhamento	Planejamento, orçamento e estrutura dos órgãos de meio ambiente	Levantamento sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e sobre a Estrutura Municipal de Fiscalização e Controle Ambiental.
TCE-BA	2019	Auditoria de Conformidade	Recursos Hídricos	Avaliação de aspectos operacionais da fiscalização das barragens.
	2021	Auditoria Operacional	Recursos Hídricos	Avaliação da Política Estadual de Recursos Hídricos.
TCE-GO	2022	Auditoria de Conformidade	Compensação Ambiental	Avaliar se as ações de controle do órgão ambiental no tocante à aplicação e fiscalização dos recursos provenientes de compensação ambiental estão em conformidade.
TC-DF	2023	Acompanhamento	Unidades de Conservação	Avaliar a definição formal da localização, da dimensão e dos limites das Unidades de Conservação Ambiental e com a regularização fundiária dessas unidades para posterior transferência da titularidade das áreas das UCs ao Governo do Distrito Federal.
	2023	Acompanhamento	Recursos Hídricos	Avaliar as ações empreendidas para incentivar o uso racional, minimizar o desperdício e garantir o abastecimento futuro de água no DF.
TCE-TO	2018	Acompanhamento	Recursos Hídricos	Análise de contratação de serviços de consultoria para elaboração de estudos hidrogeológicos.
	2018	Acompanhamento	Gestão Florestal	Aquisição de imagens de satélites com cobertura total do estado (análise concomitante de procedimento licitatório).
	2020	Auditoria Operacional	ICMS Ecológico	Avaliação dos critérios de distribuição do ICMS Ecológico do Estado de Tocantins.
	2023	Levantamento	Recursos Hídricos	Levantamento da segurança de barragens de água.
TCE-CE	2022	Auditoria Operacional	Desertificação	Combate à Desertificação.
TCE-RJ	2022	Auditoria Operacional	Recursos Hídricos	Promover o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro.
TCE-RR	2019	Auditoria Operacional	Unidades de Conservação	Avaliar a gestão e a implementação das unidades de conservação estaduais quanto às condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que essas áreas atinjam os objetivos.
TCE-PE	2018	Auditoria de Conformidade	Compensação Ambiental	Contratação de empresa para prestação de serviços de restauração florestal nas zonas de preservação ecológica - ZPEC de SUAPE.
	2019	Auditoria de Conformidade	Compensação Ambiental	Contratação de empresa para construção de galpão de compostagem de viveiro Florestal em SUAPE.
	2022	Auditoria Operacional	Desertificação	Ações de combate à desertificação do semiárido.

Continuação do Quadro 5.

TC	Ano	Tipo	Tema	Escopo
TCE-MT	2018	Levantamento	Governança	Governança e controle interna na SEMA.
	2019	Auditoria Operacional	Unidades de Conservação	Avaliar a gestão e a implementação das unidades de conservação estaduais quanto às condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que essas áreas atinjam os objetivos para os quais foram criadas.
	2020	Acompanhamento	Queimadas	Acompanhamento simultâneo especial - ação de enfrentamento às queimadas.
	2020	Levantamento	Queimadas	Estudo e elaboração de projeto de plano de ação emergencial de prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais no estado de Mato Grosso.
	2021	Auditoria Operacional	Queimadas	Sistema de combate aos focos de calor no Estado de Mato Grosso.
	2021	Acompanhamento	Queimadas	Ação de enfrentamento às queimadas no Estado de Mato Grosso - Pocone e Barão de Melgaco e Santo Antônio do Leverger e outros.
TCE-PA	2019	Auditoria Operacional	Unidades de Conservação	Avaliar a gestão e a implementação das unidades de conservação estaduais quanto às condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que essas áreas atinjam os objetivos para os quais foram criadas.
	2021	Levantamento	Recursos Hídricos	Auditoria na gestão de recursos hídricos sob competência do Estado.
	2023	Levantamento	Gestão Florestal	Auditoria na gestão florestal de responsabilidade do Estado.
TCM-Rio	2021	Auditoria Operacional	Governança de Políticas Públicas Ambientais	Na Secretaria Municipal de Ambiente e Clima sobre governança de políticas públicas ambientais.
	2021	Auditoria Operacional	Unidades de Conservação	Avaliar a governança multinível das áreas protegidas do Município do Rio de Janeiro, em especial no que se refere: i) aos seus objetivos; ii) à coerência entre as políticas existentes; iii) às condições para implementação; e iv) ao monitoramento e avaliação.
	2020	Auditoria Operacional	Unidades de Conservação	Na Secretaria Municipal de Ambiente e Clima, sobre Unidades de Conservação municipais: Parques Naturais Municipais e Áreas de Proteção Ambiental selecionados .
	2022	Acompanhamento	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas adotadas pelo Município do Rio, visando à manutenção e expansão da região de florestas na cidade, bem como averiguar se as ações executadas contribuirão efetivamente para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável, passíveis de mensuração até 2022.
	2023	Auditoria Operacional	Recursos Hídricos	Na Secretaria Municipal de Ambiente e Clima sobre o programa Guardiões dos Rios, de limpeza de cursos d'água e faixas marginais de proteção dos corpos hídricos que atravessam as comunidades da cidade.

Fiscalizações realizadas

Continuação do Quadro 5.

TC	Ano	Tipo	Tema	Escopo
TCE-SC	2020	Auditoria Operacional	Planejamento, orçamento e estrutura operacional dos órgãos de meio ambiente	Avaliação da gestão, controle e fiscalização da Bacia Hídrica do Monumento Natural da Lagoa do Peri.
	2020	Auditoria de Conformidade	Licenciamento e Fiscalização Ambiental	Análise da viabilidade econômico-financeira referente à Taxa de Preservação Ambiental do Município.
	2022	Auditoria de Conformidade	Planejamento, orçamento e estrutura operacional dos órgãos de meio ambiente	Verificar a regularidade dos atos de gestão da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Palhoça, principalmente aqueles relacionados ao funcionamento de seus órgãos internos e à operacionalização.
TCE-PR	2020	Auditoria Operacional	Licenciamento e Fiscalização Ambiental	Auditoria de processos de autuações ambientais e licenças ambientais, realizada no âmbito do Instituto Água e Terra, do Governo Estadual, com o objetivo de avaliar a eficácia dos processos de Auto de Infração e Licenciamento Ambiental.
	2020	Auditoria Operacional	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Auditoria de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Paraná, com foco na SESA, na SEDEST e no TJ-PR.
	2021	Acompanhamento	Recursos Hídricos	Auditoria sobre a Política de Preservação e Manutenção de Recursos Hídricos no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. Avaliar a efetiva implementação da política de proteção dos recursos hídricos no âmbito do Instituto Água e Terra (IAT), do Governo Estadual.
	2021	Auditoria Operacional	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Auditoria sobre a implementação dos ODS no Paraná, no âmbito da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.
	2022	Auditoria Operacional	Fundos Ambientais	Fiscalizar indenizações ambientais - fonte específica no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo.
	2021	Auditoria de Conformidade	Gestão Florestal	Avaliar a eficácia dos controles de exploração de Florestas Plantadas e verificar a conformidade dos contratos de concessão, serviços e outras atividades contratualizadas vinculadas às áreas rurais sob a responsabilidade da Divisão de Florestas Plantadas, em poder do Instituto Água e Terra.
TCM-SP	2019	Auditoria de Conformidade	Recursos Hídricos	Verificar a segurança das barragens nos principais parques municipais.
	2020	Auditoria Operacional	Unidades de Conservação	Ocupações irregulares em áreas proteção ambiental ou em desconformidade com o Plano Diretor da cidade de São Paulo.
	2022	Auditoria de Conformidade	Planejamento, orçamento e estrutura operacional dos órgãos de meio ambiente	Relatórios de Função da Gestão Ambiental do Município de São Paulo.

Continuação do Quadro 5.

TC	Ano	Tipo	Tema	Escopo
TCU	2019	Auditoria Operacional	Licenciamento Ambiental Federal	Auditoria com o objetivo de verificar os procedimentos a cargo do Ibama para concessão da licença prévia em empreendimentos dos setores de energia e transportes.
	2019	Auditoria Operacional Coordenada	Unidades de Conservação	Avaliar a gestão e a implementação das unidades de conservação federais quanto às condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que essas áreas atinjam os objetivos para os quais foram criadas. Também foi analisada a implementação de metas dos ODS 14 e 15 da Agenda 2030 e de metas da Convenção sobre Diversidade Biológica.
	2019	Auditoria Operacional	Combate ao desmatamento ilegal na Amazônia Legal	Auditoria para avaliar as ações do Governo Federal voltadas para o controle do desmatamento ilegal na Amazônia Legal, no período de 2016 a 2020, relacionadas à governança da política para a prevenção e o controle do desmatamento e às atividades de fiscalização ambiental federal.
	2021	Auditoria Operacional Coordenada	Unidades de Conservação	Avaliar a governança das áreas protegidas da América Latina, em especial a implementação e a gestão desses territórios; foi realizada auditoria coordenada com as Entidades de Fiscalização Superior (EFS) de 12 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela
	2021	Auditoria Operacional	Efetividade do Processo Sancionador Ambiental	Auditoria para avaliar o processo sancionador ambiental no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
	2022	Acompanhamento	Unidades de Conservação	Avaliar o processo de outorga de concessão de serviços de apoio à visitação do Parque Nacional de Jericoacoara.
	2021	Acompanhamento	Unidades de Conservação	Avaliar a concessão de serviços de apoio à visitação do Parque Nacional do Iguaçu.
	2021	Acompanhamento	Unidades de Conservação	Avaliar a concessão de serviços de apoio à visitação dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.
	2022	Acompanhamento	Unidades de Conservação	Avaliar o processo de Concessão dos serviços de apoio à visitação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.
	2020	Acompanhamento	Unidades de Conservação	Avaliar a concessão de serviços de apoio à visitação nas Florestas Nacionais (Flonas) de Canela e de São Francisco de Paula.
	2022	Acompanhamento	Concessão dos serviços	Avaliar o processo de outorga de concessão de serviços de apoio à visitação do Parque nacional de Jericoacoara.
	2022	Acompanhamento	Concessão dos serviços	Avaliar a concessão de serviços de apoio à visitação do Parque Nacional do Iguaçu.

Como boas práticas na área de meio ambiente, **8** Tribunais de Contas (**28,5%**) indicaram 12 ações (Quadro 6).

Quadro 6 – Boas práticas identificadas no levantamento .

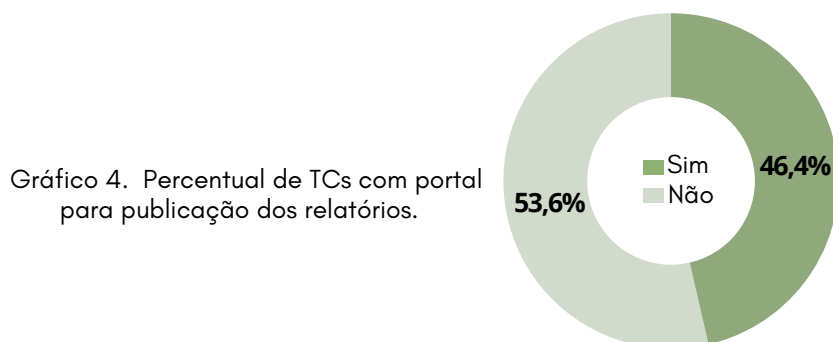
TC	Síntese da boa prática
TCE-AC	<u>Painel de indicadores ambientais</u> com objetivo de visualizar e monitorar políticas públicas da área ambiental.
TCE-PE	Auditoria Operacional em Políticas Públicas de Combate à Desertificação. Implementação da Política/do Programa de Ação de Combate à Desertificação.
TCM-Rio	<u>Fiscalizações sobre meio ambiente sistematicamente, para a construção de dados históricos sobre as iniciativas ambientais da Prefeitura.</u> Aplicação de avaliações de políticas públicas nos programas geridos pela SMAC (órgão central de políticas ambientais do município), difundindo práticas prescritas nos referenciais do TCU, da Presidência da República, ENAP, FGV, entre outros, sobre planejamento, implementação e monitoramento de políticas públicas, especificamente aplicadas à gestão do meio ambiente.
	<u>Unidades de Conservação e Reflorestamento.</u> Avaliar a governança multinível das áreas protegidas / Avaliar a eficácia e efetividade da gestão das UCs / Acompanhamento das políticas públicas visando à manutenção e expansão da região de florestas na cidade.
TCU	<u>Auditorias Coordenadas em Áreas Protegidas</u>
	<u>Manual de Auditoria Coordenada</u>
	<u>Metodologia Análise FSDL e Metodologia Indimapa</u>
	<u>Sumários executivos das auditorias</u>
TCE-TO	<u>Auditoria Operacional ICMS Ecológico.</u> Avaliação do política ICMS Ecológico, com bons resultados práticos.
TCE-AM	<u>Alerta de Responsabilidade Fiscal ao Governo Estadual frente ao Desmatamento.</u> Processo de representação com o objetivo de verificar quais os investimentos da gestão para o combate ao desmatamento com foco nos programas estabelecidos no PPA.
TCE-SP	<u>Ocupações irregulares em áreas proteção ambiental ou em desconformidade com o Plano Diretor da cidade de São Paulo.</u> Auditoria Operacional para avaliar a eficiência, efetividade e eficácia dos processos de fiscalização dos órgãos responsáveis pelas ações preventivas e de poder de polícia em relação às ocupações irregulares em áreas proteção ambiental ou em desconformidade com o Plano Diretor da cidade de São Paulo.
TCE-SC	Taxa de preservação ambiental. Análise da viabilidade econômico-financeira referente à Taxa de Preservação Ambiental

NOTA: Boas práticas apresentadas pelos TCs relacionadas a resíduos sólidos e/ou saneamento foram desconsideradas, pois constará em levantamento da Rede Integrar na área de saneamento.

Publicidade dos relatórios

Dos Tribunais de Contas participantes, **13** dispõem de portal para publicação dos relatórios de fiscalização (Gráfico 4), o que representa menos de 50%.

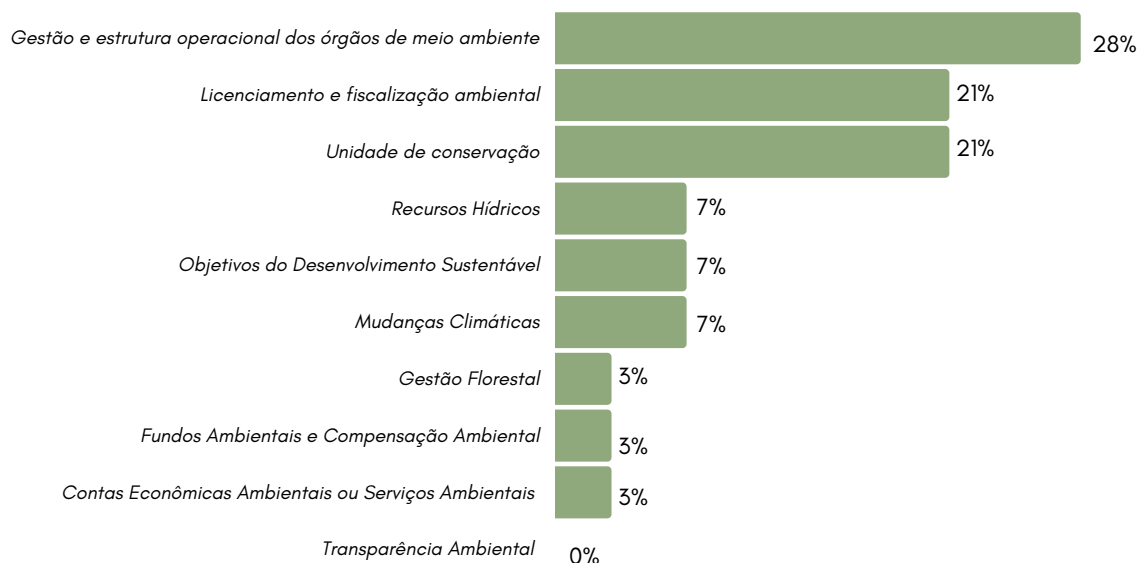
São eles: TC-DF, TCE-GO, TCE-PB, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-RO, TCE-RS, TCE-TO TCM-GO, TCM-PA, TCM-RIO, TCM-SP e TCU.



Temáticas relevantes para atuação dos TCs

Dentre as temáticas relevantes para a atuação dos Tribunais de Contas disponibilizadas no levantamento, a "Gestão e estrutura operacional dos órgãos de meio ambiente" foi selecionada como **primeira opção (28%)**, seguida de "Licenciamento Ambiental e Fiscalização" e "Unidades de Conservação", ambas com 21% , conforme demonstrado a seguir.

Gráfico 5. Temáticas relevantes selecionadas pelos TCs.



Os Tribunais de Contas indicaram dois temas de capacitações consideradas importantes para o aprimoramento da atuação na área ambiental, conforme quadro a seguir:

Quadro 7 - Relação dos dois temas indicados pelos TCs considerados relevantes à capacitação na área ambiental.

TC	Temas 1	Temas 2
TCE-AC	Mercado de carbono e REDD+	Avaliação de políticas públicas e governança ambiental
TCE-AM	Atuação dos TCs na Gestão florestal	O novo Saneamento Básico e o diferencial da Amazônia
TCE-AP	Mecanismos de Gestão e Concessão Florestal	Contas Econômicas Ambientais
TCE-RO	Políticas públicas visando à proteção das florestas	Commodity ambiental resultante da proteção ecossistêmica
TCE-RR	Auditoria em licenciamento de obras rodoviárias	Auditoria em licenciamento de obras de saneamento básico
TCE-PA	Gestão florestal	Gestão ambiental de obras públicas
TCE-TO	Desmatamento ilegal e Cadastro Ambiental Rural	Cases de sucesso na eliminação de lixões a céu aberto
TCM-PA	Áreas de Preservação Ambiental	Educação Ambiental
TCE-BA	Avaliação de resultados em políticas de meio ambiente	Procedimentos de auditorias em licenciamento ambiental
TCM-BA	Fiscalização do tratamento de resíduos sólidos	Fiscalização de medidas de prevenção de desastres naturais, tais como enchentes
TCE-CE	Licenciamento e Fiscalização Ambiental	Unidades de Conservação
TCE-MA	Biomassas	Biomassas
TCE-PB	Auditoria de meio ambiente (principais indicadores ambientais, metodologias)	Impactos de novas tecnologias de geração de energia, Compensação Ambiental, Créditos de Carbono, Avaliação de Políticas Ambientais
TCE-PE	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Licenciamento e Fiscalização Ambiental
TCE-PI	Políticas públicas relacionadas ao meio ambiente	Auditoria ambiental
TCE-GO	ICMS Ecológico	Compras públicas sustentáveis
TCM-GO	Gestão dos órgãos de meio ambiente	Estrutura operacional dos órgãos de meio ambiente
TC-DF	Instrumentos de contratação de valorização energética de resíduos	Tarifas públicas de água e esgoto
TCE-MS	ESG (Meio Ambiente, Social e Governança)	Não informado
TCE-MT	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos

TC	Temas 1	Temas 2
TCE-RJ	Licenciamento e fiscalização ambiental no RJ	Gerenciamento Ambiental dos Resíduos Sólidos
TCM-Rio	Gestão de Políticas Públicas Ambientais	Gestão Florestal e Unidades de Conservação
TCM-SP	Licenciamento Ambiental, planejamento ambiental e o Plano Diretor de São Paulo	Gerenciamento Ambiental dos Resíduos Sólidos
TCE-ES	Recursos Hídricos e Saneamento básico	Plano de bacias hidrográficas e seus instrumentos
TCE-PR	Não informou	Não informou
TCE-RS	Gestão de Bacias Hidrográficas	Mudanças Climáticas
TCE-SC	Crédito de Carbono	Mudanças climáticas
TCU	Já existem diversas capacitações disponíveis no ISC	Já existem diversas capacitações disponíveis no ISC

As propostas de capacitações foram agrupadas por temática, sendo que para o Tema 1, a gestão florestal apresentou maior percentual (21,5%) de indicação pelos TCs, seguido de licenciamento ambiental. Para o tema 2, a capacitação relacionada a saneamento e licenciamento ambiental foram as mais requisitadas, com 21,5% e 10,7% , respectivamente (Gráficos 6 e 7).

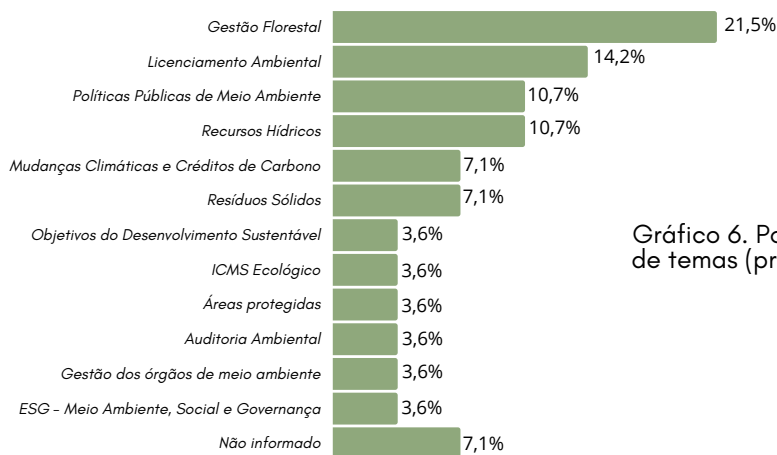


Gráfico 6. Porcentagem de indicação de temas (primeira opção) pelos TCs.

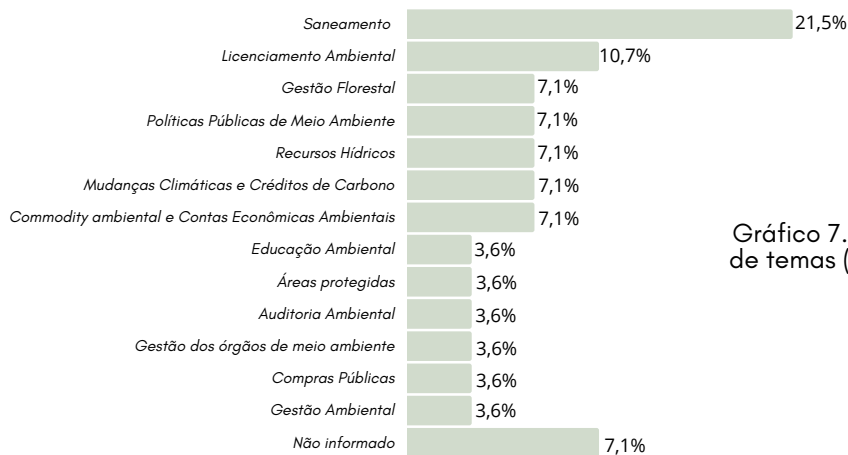


Gráfico 7. Porcentagem de indicação de temas (segunda opção) pelos TCs.

O GT em Meio Ambiente, a partir do levantamento realizado e as discussões, propõe para o PAT 2024 da Rede Integrar as seguintes ações :

FISCALIZAÇÃO

Estrutura operacional dos órgãos de meio ambiente.

Tipo de fiscalização: Levantamento ou Auditoria Operacional.

Abrangência: Nacional ou Regional.

Objetivo: Avaliar se as estruturas técnica, financeira e operacional dos órgãos de meio ambiente são adequadas para a execução da política de meio ambiente, em especial a do licenciamento e fiscalização ambiental.

CAPACITAÇÕES

Cursos on-line e gratuitos na área de meio ambiente são oferecidos pelo Instituto Serzedello Corrêa-ISC (ex: Auditoria de Natureza Operacional e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), e podem contribuir para o aprimoramento das unidades de auditoria responsáveis pela temática ambiental nas Cortes de Contas.

No entanto, entende-se necessário disponibilizar cursos presenciais ou a distância (com aulas síncronas) de temas recentes inerentes à atividade de controle externo, tais como:

- Avaliação de políticas públicas de meio ambiente.
- Avaliação de Governança Multinível em Políticas Públicas Descentralizadas.
- Controle externo das políticas estaduais e municipais de meio ambiente.

COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS

Em um evento virtual ou presencial (exemplo: III Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas, previsto para junho 2024, em Macapá-AP), a Rede Integrar promover o compartilhamento de metodologia e formas de atuação diferenciadas na área ambiental, como por exemplo:

- Análise FSDL na avaliação de políticas públicas (TCU).
- Painel de indicadores ambientais de monitoramento de políticas públicas da área ambiental (TCE-AC).
- Plano de Atuação Conjunta dos Tribunais de Controle e Sustentabilidade na Amazônia (Atricon/TCE-RO).
- Uso da avaliação multinível na Auditoria Operacional em Políticas Públicas de Combate à Desertificação.
- Atuação do controle externo em mudanças climáticas (TCU).